

Funcionários do Hospital de Base denunciam que levaram descarga elétrica ao manusear máquinas da unidade. CRM confirma perigo

Choques durante trabalho

JULIANA CÉZAR NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

A crise na rede pública de saúde do Distrito Federal não prejudica apenas os pacientes. Profissionais que trabalham no maior hospital da capital também sofrem com as consequências da falta de infraestrutura. Nos últimos seis meses, quatro auxiliares de enfermagem tomaram choque em duas máquinas do centro cirúrgico do Hospital de Base do DF (HBDF). De tão fortes, as descargas elétricas causaram bolhas nos dedos, hematomas, perda de consciência, incontinência urinária e dores permanentes nas articulações.

Funcionários do setor — que pediram para não serem identificados — contam que os aparelhos envolvidos nos acidentes funcionavam sem manutenção. Estavam instalados em salas alagadas por causa de infiltrações e goteiras no teto. Há também a suspeita de que a falta de sapatos emborrachados tenha deixado os auxiliares mais vulneráveis.

Três dos quatro acidentes aconteceram em um aparelho chamado bomba de infusão, com cerca de 50cm, usado para dosar os medicamentos necessários ao organismo dos pacientes em pós-operatório. O monitor de frequência cardíaca foi o responsável pelo último acidente, na quinta-feira passada. Eram 11h50 da manhã. A cirurgia na sala 4 havia terminado há poucos minutos quando a auxiliar de enfermagem de 33 anos, onze deles dedicados ao HBDF, tocou no aparelho e ficou presa a ele.

Jorge Cardoso 6.5.03



DIREÇÃO DO HOSPITAL DE BASE TEM CINCO DIAS PARA RESOLVER O PROBLEMA

“As colegas disseram que foi rápido, mas, para mim, durou uma eternidade”, conta a auxiliar, que por causa da intensidade do choque foi arremessada na parede, teve perda de consciência momentânea e precisou ser atendida por um neurologista do hospital. “Fiquei com taquicardia, hematoma nas costas, minha menstruação desceu na hora e até hoje sinto dores nas articulações.”

Auxiliares de enfermagem, enfermeiros e médicos do HBDF entrevistados pelo *Correio* contam que acidentes desse tipo nunca tinham sido registrados no centro cirúrgico. Por causa disso, o primeiro choque, ocorrido em setembro do ano passado, não foi documentado pelo enfermeiro de plantão. Ele aconteceu na sala de recuperação. Ao verificar o funcionamento do sensor da bomba de infusão, a auxiliar de 24 anos ficou com as mãos grudadas no

aparelho. Os dedos acabaram queimados e repletos de bolhas. Desde então, a auxiliar prefere regular a dosagem do medicamento por conta própria. “Fiquei traumatizada”, justifica-se. “O choque é tão forte que você tem a sensação de que vai morrer.”

Investigação

Na terça-feira, por meio da assessoria de imprensa, o diretor do Hospital de Base, Aluísio Toscano, afirmou ter conhecimento dos acidentes no centro cirúrgico. Disse que todas as providências necessárias estão sendo tomadas. Na manhã de ontem, um médico especializado na área de segurança do trabalho do Conselho Regional de Medicina (CRM) inspecionou a unidade e constatou problemas na instalação das máquinas.

De acordo com o relatório, não existe aterramento adequado — espécie de fio terra ou pára-raio

“É PROVÁVEL QUE ATÉ OS MÉDICOS TENHAM LEVADO DESCARGAS, MESMO LEVES, ATRAVÉS DAS MESAS CIRÚRGICAS”

Luiz Fernando Salinas,
presidente do
Conselho Regional
de Medicina

que conecta os aparelhos ao chão para evitar os choques. “É bem provável que até os médicos tenham levado descargas, mesmo leves, através das mesas cirúrgicas”, acredita Luiz Fernando Salinas, presidente do CRM. “É um problema de fácil e barata solução. O hospital foi notificado e terá que resolver tudo nos próximos cinco dias. Caso contrário, o responsável técnico será processado.”

A Promotoria de Acidentes de Trabalho recebeu na terça-feira os documentos que comprovam um dos acidentes. Na próxima semana tomará depoimento dos auxiliares de enfermagem, verificará o livro de registros e inspecionará a unidade. “O fato é significativo”, classifica a promotora Marisa Izar. “Vamos abrir um procedimento de investigação preliminar, fazer a perícia e, se necessário, enviar recomendações à diretoria ou uma ação civil pública à Justiça.”